

Devedores criam comitê para as negociações com credores

18 DEZ 1985

Sinda Est

Rosental Calmon Alves

Correspondente

Montevideu — Os 11 países mais endividados da América Latina, reunidos no chamado “Consenso de Cartagena”, criaram um “comitê de acompanhamento” para monitorar a negociação da dívida externa da região e reivindicaram uma série de medidas de emergência” a serem adotadas pelos bancos e pelos governos dos países industrializados para facilitar uma solução para a atual crise.

Advertiram que, se essas sugestões não forem aceitas, “teriam de adotar outro tipo de medidas que assegurem a limitação das transferências líquidas de recursos”; do contrário, “se produziram situações de instabilidade política e social” que ameaçariam a consolidação democrática na região.

O “comitê de acompanhamento” é, na realidade, uma contrapartida ao “comitê dos credores”, que já vem funcionando há algum tempo e será integrado por representantes do Brasil, Argentina, México, Colômbia e Venezuela. A “Declaração de Montevideu”, aprovada em meio a atrasos e divergências entre os integrantes do “consenso”, não especifica em detalhes como vai operar o comitê, mas o ministro de Economia da Argentina, Juan Sourrouille, disse não acreditar em reação negativa por parte dos credores e nem numa interpretação de que se trata de uma espécie de “clubes de devedores”. Disse ainda que “não há ameaças, pois nós não ameaçamos mas propomos um diálogo construtivo”.

Depois de um ano e meio de sua criação, esta é a primeira medida concreta adotada pelo grupo denominado “Consenso de Cartagena”, pois as três conferências anteriores de ministros de Economia e de Relações Exteriores tinham se limitado a fazer dramática análise da situação e a relacionar uma série de medidas a serem adotadas pelos bancos e países credores no sentido de facilitar a solução da crise da dívida externa. Essas medidas, porém, não foram atendidas, mas os 11 países e, especialmente os três maiores — Brasil, Argentina e México — se sentiram animados com uma mudança na atitude

de dos Estados Unidos, especialmente através do anúncio do Plano Baker.

Alguns funcionários reconheciam, reservadamente, que se o Consenso de Cartagena tinha chegado a tal ponto de amadurecimento, que se não começasse a adotar medidas concretas, corria o risco de extinguir-se ou esvaziar-se muito. Na Declaração de Montevideu, os 11 países do grupo afirmam que o Plano Baker é “um passo positivo ao reconhecer o princípio da co-responsabilidade na solução do problema da dívida”. Desde o anúncio desse plano de ajuda norte-americana para 15 países endividados, o Brasil e outros países da região vinham coincidindo em considerar o plano “insuficiente”, como fizeram novamente ontem, mas festejavam que os Estados Unidos finalmente mudavam de posição e davam razão à tese básica de Cartagena: a de que a crise de dívida só poderá ser solucionada através de medidas políticas.

Um dos participantes da reunião de Cartagena explicou que o “comitê de acompanhamento” vai monitorar todas as negociações com os credores externos que forem feitas pelo países membros, a fim de prestar um assessoramento e avaliar melhor o quadro geral da melhor maneira possível. “Por enquanto, não temos a pretensão de ser interlocutores do comitê de credores”, disse um dos funcionários que participaram da criação do comitê dos devedores. Outros, porém, lembrou que “estamos assistindo apenas ao primeiro capítulo de uma longa história”, explicando que a questão da dívida deverá se estender ainda por muito tempo e o comitê poderá ter um papel mais importante no futuro.

O mais difícil nas discussões durante as reuniões plenárias do Consenso de Cartagena, segunda e terça-feira em Montevideu, foi chegar a uma conclusão sobre quais os países que deveriam integrar o comitê de acompanhamento. As negociações, porém, partiram do reconhecimento de que os três maiores países — o Brasil, o México e a Argentina — deveriam estar presentes, não só pelo peso específico de cada um, mas também pelo fato de que foram os verdadeiros inspiradores dessa iniciativa. Os países pequenos reivindicaram uma participação, mas acabaram ficando de fora, cedendo a vez para dois países considerados “médios” ou também grandes: a Venezuela e a Colômbia.